



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENAFIEL

EDITAL

Alberto Fernando da Silva Santos, Presidente da Assembleia Municipal de Penafiel:

TORNA PÚBLICO QUE, no uso da competência que lhe é conferida pelo n.º 3 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, convoca a Assembleia Municipal, para uma **Sessão Ordinária**, a realizar no próximo dia **22 de setembro de 2015**, pelas **17h**, no auditório do Pavilhão de Feiras e Exposições de Penafiel, com a seguinte:

ORDEM DO DIA

1. Aprovação da ata da sessão anterior;
2. Apreciação da informação escrita do Ex. mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
3. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal referente ao parecer do Revisor Oficial de Contas sobre a situação económica financeira Semestral – 1.º semestre 2015, para efeitos da alínea d), n.º 2, do artigo 77.º, da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro;
4. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2016 – Prédios rústico: 0,8%; Prédios urbanos: 0,3% e Redução de 20% para os agregados familiares com três ou mais dependentes, nos casos em que o imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidir com o domicílio fiscal do proprietário, de acordo com o artigo nº 112, da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015) e para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
5. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de aplicação do percentual de 0,25% para o apuramento do valor da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), a aplicar no ano 2016, sobre cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicação eletrónicas acessíveis ao público em local fixo, para efeitos do disposto nos artigos 106.º, n.º 3, alínea b), da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENAFIEL

6. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa ao lançamento da derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) para o ano de 2016, ao abrigo do disposto no n.º 1, do artigo 18.º, da Lei n.º 73/2013 de 15 de setembro, e o lançamento de uma taxa reduzida de derrama de 0,75%, para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150 000€, ao abrigo do disposto no n.º 4, do artigo 18.º, da mesma Lei e para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
7. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de participação variável no IRS para o ano de 2016 - Fixação, para os rendimentos do ano de 2016, de uma participação variável de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal em Penafiel, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1, do artigo 78.º, do Código do IRS, para efeitos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;
8. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de projeto de Regulamento de Serviços de Gestão de Resíduos Urbanos do Concelho de Penafiel, para efeitos da alínea g), do n.º 1, do artigo n.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;
9. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Repartição de Encargos e a consequente assunção do compromisso plurianual referente ao Protocolo "Execução do posto Territorial da Guarda Nacional Republicana em Paço de Sousa, para efeitos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei 8/12 de 21 de fevereiro;
10. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Penafiel, para efeitos da al. r), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
11. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de delimitação da Área de Reabilitação do Vale do Cavalum, para efeitos da al. r), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
12. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Entre-os-Rios, para efeitos da al. r), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
13. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Regulamento de Alienação de Imóveis Municipais do Concelho de Penafiel, para efeitos da al. g), do n.º 1, do art.º 25, Lei 75/2013 de 12 de setembro;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENAFIEL

14. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de desafetação do domínio privado indisponível dos estabelecimentos de ensino (EB 1 e JI), desativados, aprovado em reunião de Câmara de 04 de junho de 2015, deliberação n.º 726, e após consulta pública, para efeitos no disposto da alínea q), do n.º1, do artigo 25.º, da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
15. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de desafetação do domínio privado indisponível dos estabelecimentos de ensino (EB 1 e JI), desativados, aprovado em reunião de Câmara de 23 de julho de 2015, deliberação n.º 794, e após consulta pública, para efeitos no disposto da alínea q), do n.º1, do artigo 25.º, da Lei 75/2013 de 12 de setembro;
16. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de atribuição dos seguintes benefícios, de acordo com os termos da minuta de contrato de concessão de apoio ao investimento a celebrar entre o Município de Penafiel e Serafim da Fonseca Santos e nos termos do artigo 8.º, do Regulamento de Concessão de Apoio ao Investimento Estratégico (RCAIE) e do n.º 2, do artigo 16-º da Lei 73/2013 de 3 de setembro: isenção da cobrança do imposto municipal de imóveis (IMI), por um período de 5 anos; isenção da cobrança de derrama, por um período de 5 anos; isenção da cobrança da taxa de emissão do alvará, no valor de 18.355,88€; execução de infraestruturas públicas, quantificados no valor de 8.400€ (oito mil e quatrocentos euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor;
17. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de resolução de expropriação por utilidade pública, com caráter de urgência e autorizada a posse administrativa da parcela de terreno com a área de 820m2, a desanexar de um prédio rústico, sito no Lugar de Retorta, Freguesia de Guilhufe, inscrito na matriz respetiva sob o artigo 129º (hoje artigo 1688º, da União de Freguesias de Guilhufe e Urrô) e descrita na Conservatória do Registo Predial sob o nº 806/Urrô, pertencente a Maria Manuela Esteves Ferraz da Silva Reis e marido Manuel Alexandre Brito Correia dos Santos, destinada à execução da obra denominada "Construção da Casa Mortuária de Urrô", nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 12.º e n.ºs 2 e 3, do artigo 14.º, do artigo 15.º e do artigo 19.º do Código das Expropriações, na sua redação atual;
18. Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de autorização para abertura de procedimento concursal para recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado, de um técnico superior, licenciado em Arquitetura, nos termos do artigo 64º, da Lei do Orçamento de Estado para 2015, aprovado pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENAFIEL

19. Conhecimento das minutas das atas e as atas das reuniões da Câmara Municipal aprovadas, nos termos da alínea x) do n.º 1 do artigo 35.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Paços do Município, 15 de setembro de 2015

O Presidente da Assembleia Municipal,


(Alberto Fernando da Silva Santos, Dr.)